



Resgate das ações na implementação do colegiado no Território do Vale do Paraíba

Redemption of shares in the implementation of the committee in the Paraíba Valley Territory

SILVA, Maria José Ramos da¹; FELIPE FILHA, Maria Jose ²; YOGI, Euriko dos Santos³; MARINI, Fillipe Silveira⁴

¹Assessora Territorial do Território Vale do Paraíba, maryramos8@hotmail.com;
²Graduanda em Agroecologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Centro de Ciências Humanas Sócios e Agrarias(CCHSA), mariaregis33@hotmail.com ³Assessor Territorial do Território Vale do Paraíba, eurikoyogi@hotmail.com, ⁴Professor do PPGCAG/CCHSA/UFPB fsmarini@yahoo.com.br;

Seção Temática: Sócio biodiversidade e Território

Resumo

Objetivou-se neste trabalho analisar a dinâmica de desenvolvimento sustentável do Território do Vale do Paraíba. O trabalho foi realizado junto a coordenação executiva do Colegiado do Território no período de fevereiro a março de 2015, a partir das ações do Projeto, Rede dos Núcleos de Desenvolvimento Territorial Sustentável na Baixada Litorânea. Este iniciou-se o processo de articulações dos atores sociais em 2009, em 2010 foi homologado, em 2013 foi inserido no Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, em 2014 aprovou o seu regimento interno em plenária e institucionalizado enquanto Território rural. A formatação do regimento interno compreende atributos sobre a composição, atribuições e competências. Verificou-se que o Colegiado apresenta uma agenda de trabalho permanente no regimento interno com reuniões ordinariamente e extraordinariamente e que as plenárias exerce um papel decisivo no processo de acesso as políticas públicas como também deliberações.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Políticas Públicas; Regimento interno.

Abstract: The aim of this work is to analyze the dynamics of sustainable development Paraíba Valley Territory. The work was conducted with the executive coordination of the Territory Committee from February to March 2015, from project actions, Network of Sustainable Territorial Development Centers in Coastal Lowlands. This process began the actors members in 2009, in 2010 was approved, in 2013 was included in the National Program for Sustainable Development of Rural Areas in 2014 has approved the internal regulation in plenary rural territory. The formatting of the internal regulation comprises attributes on the composition, duties and powers. It was found that the Committee has a permanent agenda in the internal regulation with the ordinary and extraordinary meetings



and that the plenary plays a decisive role in the access process as well as public policy deliberations.

Keywords: Sustainable Development; Public Policy; Internal regulation.

Contexto

A territorialização dos municípios é uma política do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que teve início em 2003 com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) com o intuito de integrar as forças existentes no território a partir da participação dos atores sociais para favorecer a descentralização da gestão pública.

Entende-se que Território é um espaço físico geograficamente consecutivo, compreendendo urbano e rural caracterizado por critérios como: economia, ambiente, sociedade, política, cultura e as instituições e uma população que se organiza em grupos sociais relativamente diferentes (MIRANDA, 2012). A partir da política territorial pretende-se promover o desenvolvimento sustentável dos Território de forma igualitária sem sobrepor a cidade ao campo, mas valorizar as especificidades de cada um.

O território do Vale da Paraíba, no estado da Paraíba, começou o processo de sensibilização/mobilização/articulação dos atores sociais em junho de 2009 para a sua homologação e se institucionalização enquanto Território rural. De acordo com a Resolução Nº 52 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), de 16 de fevereiro de 2005, as institucionalidades territoriais devem constituir-se de ambientes de debate e concertação com ênfase na transparência e participação para a concretização da gestão social.

Diante do exposto, o trabalho teve como objetivo a análise da dinâmica de desenvolvimento do Território do Vale do Paraíba



Descrição da experiência

O trabalho foi realizado junto a coordenação executiva do Colegiado do Território do Vale do Paraíba no período de fevereiro a março de 2015, a partir das ações do Projeto, Rede dos Núcleos de Desenvolvimento Territorial Sustentável na Baixada Litorânea, fruto da CHAMADA nº 11/2014 CNPq/MDA/SPM-PR que visa apoiar à implantação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET).

O Território abrange uma área de 2.790,6 Km² constituído por 13 municípios os quais são: Aroeiras, Fagundes, Gado Bravo, Gurinhém, Ingá, Itatuba, Juarez Távora, Mogeiro, Natuba, Riachão do Bacamarte, Salgado de São Felix, Santa Cecilia e Umbuzeiro que ficam localizados na mesorregião do agreste paraibano.

A coleta de dados foi realizada através de pesquisa documental a partir de leituras no Regimento interno, documento que aponta as funções e atribuições do Colegiado, Relatório e Atas de reuniões realizadas para articulação e criação do território do Vale do Paraíba nos anos de 2009 a 2014. Também foram realizadas reuniões e conversas informais com representantes do Colegiado territorial.

Resultados

Após as leituras das Atas verificou-se que em 2009 foram realizadas cinco reuniões itinerantes do Colegiado, nos municípios de Mogeiro, Fagundes, Salgado de São Felix, Gurinhém e Aroeiras em processo de mobilização e articulação dos atores sociais.

Na ocasião da realização do I Salão Estadual dos Territórios Rurais do estado da Paraíba, em junho de 2010, Pré-território foi homologado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (CEDRS – PB) obtendo seu reconhecimento enquanto território rural.



Em maio de 2013 o Território do Vale do Paraíba foi incorporado ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT). O Governo do Estado através da Secretária de Desenvolvimento Agrário e da Pesca (SEDAP), o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) celebram o contrato de repasse tendo como objetivo apoiar as ações de Desenvolvimento Territorial no Território do Vale do Paraíba.

Em abril de 2014 o Território do Vale do Paraíba se institucionalizou-se com a criação do Colegiado e a aprovação do seu regimento interno em plenária, com a denominação de Colegiado Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do Vale do Paraíba- CODERVALE. Este constitui-se das seguintes instâncias: Plenária Geral com 106 membros sendo a seguinte composição: 52 membros representantes do poder público e 54 membros da sociedade civil, Coordenação Territorial com 26 membros, sendo 13 do poder público e 13 da sociedade civil, Coordenação Executiva com 4 membros, sendo 2 do poder público e 2 da sociedade civil e Câmaras Temáticas de Inclusão Produtiva com 9 membros de instituições do governo.

Verificou-se que o Colegiado apresenta uma agenda de trabalho permanente no regimento interno, onde ordinariamente a Coordenação territorial deverá se reunir a cada dois meses; a Coordenação executiva a cada mês; a plenária geral deverá ocorrer a cada seis meses; e ambas extraordinariamente sempre que se fizer necessário. A dinâmica das reuniões ficam a critério da Coordenação executiva que tem o compromisso de organizar eventos, reuniões, seminários, oficinas entre outras a serem definidas pela plenária geral e coordenação territorial.

Observou-se que o colegiado tem nas plenárias uma ferramenta decisória no processo de acesso as políticas públicas como também deliberações nas



temáticas social, econômicas, cultural, ambiental com princípios de equidade e gestão social.

O Colegiado do CODERVALE é considerado um instrumento de fundamental importância para o desenvolvimento do Território rural pelo seu caráter institucional de múltiplas representações de âmbito governamental e civil, com um poder de atuação bastante ativo nas instâncias deliberativas.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) pelo apoio financeiro a este Projeto, através da CHAMADA nº 11/2014 CNPq/MDA/SPM-PR. Ao Colegiado de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário do Vale do Paraíba (CODERVALE) pelo apoio.

Referências bibliográficas:

MIRANDA, A. B. O conceito de território e as recentes políticas de desenvolvimento rural e suas contradições no Estado do Maranhão. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v.16, n.1, p. 123-132, 2012.